

Brasília-DF



DENISE ROTHENBURG (COM EDUARDA ESPOSITO)
deniserothenburg.df@dabr.com.br

Vorcaro muda de patamar...

As ameaças do ex-controlador do Master Daniel Vorcaro a várias pessoas levam os políticos a tirarem o ex-banqueiro da posição de um sujeito esperto, que havia descoberto um método de ganhar dinheiro fácil e enrolar alguns. Agora, Vorcaro ganhou a imagem de um “bandido, gangster e mafioso” capaz de usar as mesmas técnicas de intimidação do crime organizado, sejam milicianos, sejam traficantes. Por isso, não será surpresa se pelo menos parte do apoio político for retirado.

» » » »

... e de apoio/ Entre os parlamentares, cresce a pressão para que seja instalada uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI), algo que o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), continua relutando em fazer (**leia notas nesta coluna**). O Parlamento retomou seus trabalhos há mais de um mês, depois do longo recesso, e ainda não houve sequer uma sessão do Congresso para leitura do pedido e futura instalação da investigação.



Se foi assim com jornalista...

... imagine o que Vorcaro não faz com aqueles que participaram de seus ilícitos. Esse era o comentário nas rodas de políticos nos restaurantes de Brasília no almoço de quarta-feira. Tem muita gente especulando sobre o que o ex-banqueiro possa tentar fazer, ainda que esteja preso.

Precedente & prorrogação

A decisão do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Flávio Dino, de suspender a quebra de sigilo da empresária Roberta Luchsinger, abre precedente para que os outros cinco alvos que tiveram o sigilo quebrado na mesma votação recorram ao STF para suspender os pedidos de forma individual. Essa é uma das preocupações da CPMI do INSS neste momento. A outra é a dificuldade em prorrogar a CPMI, algo que Alcolumbre pretende dar ao governo depois de não interferir na quebra de sigilo de Fábio Lula da Silva, o Lulinha.

Corrida pelo destaque

Ao saber que os senadores planejam recorrer ao Supremo Tribunal Federal para abrir a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Banco Master no Senado, o deputado Carlos Jordy (PL-RJ) foi estudar para fazer o mesmo com a sua CPMI, que aguarda leitura em sessão do Congresso Nacional para instalação. Na avaliação de Jordy, a CPMI é o caminho, não a CPI, onde o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), pode controlar o desenrolar dos trabalhos.

Pressionem Alcolumbre

Carlos Jordy descobriu que, para recorrer ao STF para tentar garantir a CPMI, precisará esperar a realização de uma sessão do Congresso Nacional. E, se Davi Alcolumbre não fizer a leitura do pedido, aí, sim, caberia o recurso ao Supremo. Acontece que o presidente do Senado é o senhor do tempo sobre a convocação da reunião das duas Casas legislativas.

Riscos políticos

Parlamentares calculam que a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que reduz a escala 6x1 dos empregados de diversos setores promete virar um “perde-perde” para os deputados. É que quem não votar a favor será desmoralizado na base eleitoral, e quem votar favoravelmente ao projeto e, porventura, a nova lei desencadear menores salários e desemprego, sofrerá o mesmo efeito.

CURTIDAS

Hora da conversa/

Na próxima terça-feira, o relator da regulamentação dos trabalhadores por aplicativos, deputado Augusto Coutinho (Republicanos-PE, **foto**), se reunirá com os ministros do Trabalho, Luiz Marinho, e da Secretaria-Geral da Presidência da República, Guilherme Boulos, para chegarem a um consenso sobre o texto.



Ed Alves/CB/D.A Press

Entrave/ O ponto de discussão tem sido a remuneração mínima por entrega que Boulos defende ser R\$ 10, e o setor quer R\$ 7,50. Contudo, durante a reunião-almoço da Frente Parlamentar do Comércio e Serviço (FCS), o presidente da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel), Paulo Solmucci Jr., sugeriu uma remuneração por hora de trabalho. Coutinho gostou da sugestão e pediu que a Abrasel apresentasse a proposta formalmente o mais rápido possível.

Espírito republicano.../ O presidente Luiz Inácio Lula da Silva estará na posse do novo presidente do Chile, José Antonio Kast, na próxima quarta-feira, 11 de março, de forma a acompanhar de perto a mudança de espectro político no país. “A ida do presidente Lula à posse de José Antonio Kast é um gesto político que vai além do protocolo diplomático. Trata-se de um movimento que sinaliza pragmatismo em um momento de crescente polarização ideológica na América Latina”, diz o especialista em risco político Eduardo Galvão.

... e estudo/ Esse cenário de transição e reconfiguração regional é matéria-prima de Eduardo Galvão em seu livro, *Riscos Políticos na América Latina*, obra que utiliza casos como o chileno para evidenciar como alternâncias de poder e novos alinhamentos ideológicos impactam investimentos, estratégias corporativas e o ambiente regulatório, consolidando a política como variável central na tomada de decisões empresariais no continente. A sessão de autógrafos será nesta quinta-feira, das 18h30 às 21h, no Ibmecc Brasília, SIG quadra 04, edifício Capital Financial Center, bloco A.

CPMI DO INSS

Dino suspende quebra de sigilos

Decisão beneficia empresária Roberta Luchsinger, apontada como amiga de Lulinha, alvo da comissão de inquérito

» ALÍCIA BERNARDES

Ed Alves/CB/D.A Press



Ministro viu irregularidades na votação no colegiado do Senado

O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), suspendeu, ontem, a decisão da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do INSS que havia determinado a quebra de sigilos bancário e fiscal da empresária Roberta Luchsinger, próxima a Fábio Luís Lula da Silva, o Lulinha. A medida foi tomada após a defesa questionar a legalidade da votação em bloco realizada pelo colegiado, que aprovou, de uma só vez, 87 requerimentos de convocações e pedidos de acesso a dados.

Na liminar, Dino entendeu que a deliberação conjunta, sem exame individualizado, pode afrontar exigências constitucionais. Segundo ele, quebras de sigilo envolvem restrição de direitos fundamentais e, por isso, exigem fundamentação específica e análise detalhada de cada caso. O ministro fez um paralelo com a atuação do Judiciário, afirmando que não se admite autorização de medidas amplas e genéricas — as chamadas fishing expeditions — sem motivação adequada, entendimento que também deve ser observado por comissões parlamentares de inquérito ao exercerem poderes típicos de autoridade judicial.

A votação foi conturbada e incluiu a quebra de sigilos do próprio Lulinha, filho do presidete Luiz Inácio Lula da Silva. Parlamentares da base governista protestaram contra o formato adotado, alegando ausência de debate individualizado, mas a decisão foi mantida. O presidente do Congresso Nacional, Davi Alcolumbre (União-AP),

chegou a analisar questionamentos sobre a condução dos trabalhos e optou por preservar o resultado proclamado pela comissão.

A liminar beneficia diretamente a empresária que recorreu ao STF, mas pode ter efeitos mais amplos. Como a quebra de sigilo de Lulinha foi aprovada na mesma votação, advogados avaliam que a decisão abre caminho para questionamentos semelhantes. A CPMI investiga suspeitas de fraudes e irregularidades relacionadas ao Instituto Nacional do Seguro Social e apura possíveis prejuízos a aposentados e pensionistas.

Presidente da comissão, o senador Carlos Viana (Podemos-MG) afirmou que, até o momento, a CPMI não foi oficialmente notificada da decisão de Dino. Segundo o parlamentar, os integrantes do colegiado tomaram conhecimento da liminar pela imprensa. Em

entrevista, ele disse receber a medida com “profunda indignação” e “preocupação institucional”, argumentando que a própria presidência do Congresso já havia considerado regular o procedimento adotado na sessão.

Viana sustentou que os requerimentos continham justificativas por escrito e que a prática de votações em bloco é comum no Legislativo. Para ele, a decisão monocrática pode comprometer o funcionamento de CPIs, que têm prazo determinado para concluir seus trabalhos. A Advocacia do Senado avalia apresentar um recurso ao STF. Apesar das críticas, o senador afirmou que a comissão cumprirá a determinação judicial, mas defendeu a necessidade de “reequilibrar a relação entre os Poderes” e preservar as prerrogativas investigativas do Parlamento.

Informe Publicitário



Brasília

ANO IV nº 754

CIEE completa 62 anos de história promovendo a inserção de jovens e estudantes no mundo do trabalho

A ONG atua há mais de seis décadas como agente integrador entre instituições de ensino e mercado de trabalho, além de ter forte atuação em ações sociais

A maior ONG de inclusão social e trabalho jovem da América Latina, o **Centro de Integração Empresa-Escola - CIEE**, completou **62 anos** de atuação no dia 20 de fevereiro. A Instituição já inseriu **mais de 7 milhões** de jovens e estudantes no mundo do trabalho por meio de programas de estágio e aprendizagem, ampliando seu papel como ponte entre empresas, jovens e estudantes em todo Brasil.

O Programa de Estágio é destinado aos estudantes a partir de 16 anos, matriculados no ensino médio, técnico ou superior, e o **Programa de Aprendizagem** é voltado aos jovens entre 14 e 24 anos incompletos que estejam cursando ou concluído o ensino fundamental ou médio. Para pessoas com deficiência não existe limite de idade para participação no programa de aprendizagem.

Além da inserção profissional, o **CIEE** também desenvolve iniciativas socioassistenciais e de protagonismo juvenil. As ações contribuem para o papel do **CIEE** em transformar vidas através da educação e do trabalho.

Para conhecer mais sobre o **CIEE** e sua história, é necessário entrar no **Portal CIEE** na aba “Conheça o CIEE” pelo link: portal.ciee.org.br/conheca-o-ciee/ ou QRcode.



portal.ciee.org.br/conheca-o-ciee/

Portal do CIEE
ciee.online

Atendimento por WhatsApp
11 3003-2433

Central de Atendimento
3003-2433
(o custo é de uma ligação local em qualquer região do País, mesmo que solicite o DDD)

#CIEE IMPARÁVEL